

Debate: o que é mais eficaz contra a corrupção?

O que funciona melhor para evitar fraudes e corrupção em gastos públicos: mecanismos de controle ou medidas de transparência? Essa questão marcou audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Páginas 4 e 5**



Na audiência pública da CMA, Augusto Botelho, Marisa Serrano, Jorge Hage e Gil Pinto Neto

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.805 – Brasília, sexta-feira, 16 de maio de 2008

J. Freitas



Marina Silva diz que volta ao Senado para defender política ambiental sustentável

Marina defende pacto para tirar setor ambiental da estagnação

Marina Silva afirmou ontem que volta ao Senado para defender o desenvolvimento sustentável e a política ambiental que colocou em prática no Ministério do Meio Ambiente, do qual pediu demissão na última terça-feira. Ela disse que somente um novo pacto político pode superar a estagnação que o setor estava enfrentando. **Página 6**

Oposição ameaça se “rebelar” contra MP

A edição de duas medidas provisórias pelo presidente Lula, logo depois da decisão do STF de suspender MP sobre crédito extraordinário, repercutiu no Plenário. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, ameaçou promover uma “rebelião” e obstruir as votações. Sugeriu que o aumento aos servidores seja concedido mediante projeto de lei. O líder da minoria, Mário Couto, acusou Lula de abusar do Congresso e dos poderes constituídos. Pedro Simon, do PMDB, elogiou a decisão do Supremo e exigiu que seja respeitada. **Página 4**

Premiê da Finlândia teme que floresta dê lugar a cana-de-açúcar

O primeiro-ministro da Finlândia, Matti Vanhanen, visitou o Senado, onde considerou “valiosos” dados se-

gundo os quais a plantação de cana-de-açúcar no Brasil não diminuirá produção de alimentos. **Página 7**



Matti Vanhanen foi recebido ontem por Garibaldi Alves (ao centro) e outros senadores

Jane Araújo



Paim, entre líderes da comunidade negra, espera que proposta seja sancionada dia 24 de junho, aniversário do marinheiro

Anistia a João Cândido pode ter urgência

O presidente da CDH disse ontem que o projeto de anistia ao marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, em 1910, deve ser vota-

do com urgência pelos senadores. A comissão discutiu a proposta em audiência pública que contou com a participação de várias entidades. **Página 8**

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Garibaldi quer reforma tributária já

Página 3

Diretor-geral da Casa afirma que, por causa da necessidade de provimento de vagas, posse de aprovados será imediata

Senado pode realizar concurso este ano

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, confirmou ontem, em entrevista à Rádio Senado, a realização de concurso público para preenchimento de 150 vagas no quadro de pessoal da Casa. A área mais contemplada será a de Comunicação Social, com 60 vagas – 23 para nível superior e 37 para nível médio. Ele acredita que todo o processo envolvendo o concurso estará concluído até o segundo semestre deste ano e, por causa da necessidade de provimento de vagas, a posse dos aprovados, dentro do número de vagas previstas, será imediata.

Agaciel explicou que a decisão do Senado de fazer o concurso segue orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) e que, das 150 vagas, 60 dizem respeito



Agaciel: cronograma de realização está a cargo de uma comissão de servidores de várias áreas

a novas funções e foram criadas para substituir funcionários terceirizados por concursados. As outras 90 são para preenchimento de cargos vagos no Senado.

Para pessoal de nível superior serão 90 vagas: 25 na área de

Processo Legislativo; 25 de Apoio Técnico-Administrativo; 23 de Comunicação Social; oito de Informática Legislativa; duas de Consultoria e Assessoramento; e oito de Advogado. A única vaga para Medicina, especialidade do Apoio Técnico, será provavelmente para área de Raios X, informou.

Para servidores do nível médio, serão abertas 60 vagas – dez para Processo Legislativo; dez para Apoio Técnico-Administrativo; duas para Polícia Legislativa; e 37 para Comunicação Social.

Ainda de acordo com Agaciel Maia, o salário inicial para servidores de nível médio será de R\$ 6.722,68. Analista de nível

superior ganhará R\$ 9.580,50. Já analista na área de Comunicação Social, Advocacia e Informática receberá R\$ 10.613,27. O salário inicial para consultor legislativo será de R\$ 11.815,94.

Edital

Agaciel informou que caberá a uma comissão formada por servidores de vários órgãos da Casa cuidar do cronograma de realização do concurso, incluindo o edital.

– Devemos seguir o modelo do Tribunal de Contas da União, que é um modelo que faz uma pesquisa entre as entidades credenciadas e reconhecidas junto à população como capacitadas para a realização do concurso. Esperamos que, no segundo semestre, tudo esteja concluído.

Seminário discute papel do Legislativo na democracia moderna

Depois de 20 anos da promulgação da Constituição brasileira e de 56 emendas constitucionais, este é o momento de discutir seu aperfeiçoamento e corrigir o que esteja em desacordo com a realidade do país. A afirmação foi feita ontem pela diretora-executiva do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Denise Zoghbi, na abertura do seminário internacional *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*, que se realiza até hoje no auditório Dois Candangos, da Universidade de Brasília (UnB).

Denise ressaltou que, apesar de ser freqüentemente criticado pela imprensa, o Parlamento desempenha papel central na democracia moderna. Já que é impossível reunir todos os cidadãos para

decidir sobre assuntos políticos, explicou, a sociedade elege representantes nas três esferas de poder, com a atribuição de votar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

– Não existe uma democracia forte sem um Parlamento forte – destacou Denise.

O assessor jurídico da Mesa da Câmara dos Deputados, Fernando Saboya, lembrou que, nesses 20 anos de vigência da Constituição, houve a consolidação da democracia e o fortalecimento das instituições. Para ele, o Poder Legislativo enfrenta um “grande dilema” relacionado à sua identidade e ao seu papel. Esse dilema, enfatizou, envolve pontos como a relevância adquirida pelo Parlamento no cenário democrático; o



Marilde Loyola (UnB), Denise Zoghbi, Sabóia, Lia Zanotta (UnB) e Carlos Alberto (UFMG)

seu despreparo para regulamentar de forma eficiente a Constituição – o que causou, segundo ele, concorrência com o Poder Executivo, bem como a representatividade.

O seminário é uma realização

do ILB e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) do Senado Federal, em parceria com a Câmara e as universidades de Brasília (UnB) e Federal de Minas Gerais (UFMG).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão não-deliberativa

A sessão, que se inicia às 9h, é não-deliberativa, destinando-se à leitura de expediente e pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão João Durval (PDT-BA), Paulo Paim (PT-RS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Em Cuiabá, debate sobre risco ambiental

A comissão temporária externa sobre o risco ambiental realiza, às 9h, audiência pública no Plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em Cuiabá.

Criação de universidade latino-americana

Às 9h30, a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul debate proposta de criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR). Estarão presentes parlamentares-membros permanentes do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai –, um observador do Parlamento da Venezuela, país em fase de adesão, e representantes dos ministérios de Ciência e Tecnologia, do Esporte e da Cultura.

Relatório da LDO

A relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, Serys Slhessarenko (PT-MT), entrega às 18h o relatório preliminar com as emendas aprovadas à peça orçamentária.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por César Borges, Mão Santa e Paulo Paim



Ceará vai receber R\$ 10,1 bi em três anos, informa Inácio Arruda

Inácio Arruda destaca apoio ao setor industrial

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que a Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada pelo governo, vai impulsionar investimentos em tecnologia, com aumento de exportações, renda e emprego. Além da desoneração de aproximadamente R\$ 21 bilhões para a indústria, a Petrobras vai comprar mais de R\$ 50 bilhões em produtos e serviços nos próximos cinco anos.

O senador informou que o Ceará receberá R\$ 10,1 bilhões em três anos em investimentos diretos e financiamentos do BNDES.



Senador duvida que grandes obras anunciadas sejam executadas

Alvaro afirma que PAC é "encenação" e cobra metas

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por anunciar, sem apontar fontes ou cronograma, obras de bilhões de reais, que não se concretizarão. O senador duvida que o governo execute grandes obras quando a saúde pública padece e estradas carecem de reformas.

— É preciso que o governo desça do palco das encenações. Um governo sério anuncia como fará — disse.

Ele ressaltou a urgência de se ampliar a capacidade de movimentação de cargas do sistema portuário.

Presidente do Senado lembra que subcomissão presidida por Tasso Jereissati apresentou projeto de reforma tributária, relatado por Francisco Dornelles, que pode ajudar a aperfeiçoar proposta do governo

Garibaldi quer reforma tributária para substituir "sistema caótico"

“Precisamos dar à reforma tributária prioridade”, afirmou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, em seminário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sobre mudanças na cobrança de tributos no Brasil. Defendendo uma proposta capaz de substituir o “caótico sistema vigente no país”, Garibaldi avisou: “Se depender de mim, é reforma tributária já”.

— Sem isso, vamos ter o melhor projeto nas mãos, mas não teremos, a tempo e a hora, a reforma tributária que este país reclama — enfatizou.

Em seguida, o ministro das Re-



Entre José Múcio (D) e o deputado Sandro Mabel, Garibaldi cobra prioridade a reforma

lações Institucionais, José Múcio, sugeriu que esse poderia ser o *slogan* para uma campanha para apressar a votação da reforma.

Garibaldi lembrou ainda que o Senado, em razão de iniciativa de

Tasso Jereissati (PSDB-CE), tem um projeto de reforma tributária, relatado por Francisco Dornelles (PP-RJ), que poderá ser valiosa contribuição ao assunto.

— É um projeto perfeito e acabado, realizado em uma subcomissão que exauriu todo o trabalho que poderia ser feito por uma comissão técnica.

Fizemos um projeto não para confrontar com o do Executivo, mas para aperfeiçoá-lo. A questão agora é a prioridade que ele ainda não está tendo, a despeito dos esforços dos que o elaboraram.

Ideli prevê debate acirrado sobre a MP da modernização de portos

Em pronunciamento feito ontem, Ideli Salvatti (PT-SC) previu um debate acirrado em torno da medida provisória (MP 412/07) que prorroga até 2010 a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), caso a Emenda 4, derrotada por inconstitucionalidade durante a votação na Câmara, volte a ser apresentada no Senado.

Segundo Ideli, a Emenda 4 poderá permitir que portos privados sejam utilizados na movimentação de mercadorias de terceiros, mas sem que os terminais estejam sujeitos à autoridade portuária e a processo licitatório.

— Os portos no Brasil são um serviço público que pode ser executado pela iniciativa privada mediante concessão e com licitação. A lei ainda dá uma flexibilização. A empresa que tenha terminal de uso privativo, se tiver uma pequena folga, pode movimentar carga de terceiros, mas como exceção. Um terminal privativo, sem participar de concessão, passaria a poder movimentar carga de terceiros de forma liberada, criando uma concorrência desleal e sem que a autoridade portuária tivesse controle.

Ideli Salvatti também registrou a aprovação na Câmara do projeto que modifica normas do tribunal do júri (PLC 20/07) e do que altera a forma como são obtidas e qualificadas as provas no julgamento (PLC 37/07). As duas matérias, lembrou, foram estudadas no Senado por grupo composto por Jefferson Péres (PDT-AM), Romeu Tuma (PTB-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e ela própria.

Serys deve entregar hoje relatório preliminar sobre a LDO

A relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), entrega hoje, às 18h, seu relatório preliminar já emendado. O documento será disponibilizado na internet, na página da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A votação está marcada para terça-feira, às 14h30.

No texto preliminar, a senadora indica como serão atendidas as mais de 3 mil emendas previstas, as quais deverão ser apresentadas entre os dias 21 e 30 de maio.

Deve ser adotado o critério que garante o atendimento de todas as emendas de comissão e de bancada, desde que sejam admissíveis, ou seja, estejam de acordo com a Constituição, o regimento interno da CMO e o Plano Plurianual (PPA).

No atendimento às emendas individuais, Serys Slhessarenko promete acolher aquelas mais frequentes. Também deverão ser contempladas, anunciou a senadora, emendas com temas de abrangência nacional ou de alta relevância social, que não estejam entre as mais solicitadas.

— Incluí esse critério no intuito de contemplar, por exemplo, as minorias, as questões de gênero, que nem sempre estarão nas emendas individuais mais frequentes — explicou.

Na área econômica, a relatora da LDO afirmou que prefere aguardar a evolução do quadro, principalmente nos quesitos referentes a inflação, juros, câmbio e superávit primário, entre outros.



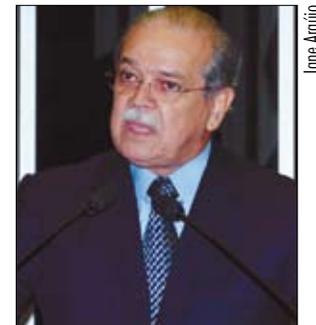
Para Maranhão, até 2010 país pode investir 1,5% do PIB no setor

José Maranhão: mais investimento em tecnologia

José Maranhão (PMDB-PB) defendeu o aumento de investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia.

Ele comemorou a decisão do governo de destinar R\$ 41 bilhões até 2010 para o desenvolvimento tecnológico. E considerou possível o Brasil alcançar investimentos de 1,5% do PIB em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

— Em 2006, o investimento foi de apenas 1,02% do PIB. Países que investem três vezes mais que isso situam-se no topo da pirâmide do desenvolvimento.



Desconcentração dos anos 70 e 80 vem sendo revertida, diz Borges

César Borges defende política industrial para o NE

César Borges (PR-BA) cobrou a implementação de uma política industrial regionalizada para o Nordeste. Ele lembrou que a redução das desigualdades regionais é um dos princípios gerais da atividade econômica.

— O Nordeste, com 30% da população, detém somente cerca de 10% do PIB do país e 12% do PIB industrial. Um descompasso muito grande — afirmou.

Ele considerou “preocupante” a reversão da modesta desconcentração dos anos 70 e 80, quando a região elevou em 3% sua participação no PIB industrial.

Mário Couto lamenta disparos contra professores

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou em Plenário que os professores do estado do Pará, em greve desde o dia 9, tenham sido “barbaramente

atacados com balas de borracha” disparadas por policiais militares, durante manifestação em Belém. Os professores reivindicam reajuste

salarial e tíquete-alimentação. O parlamentar informou que, “lamentavelmente”, a greve foi considerada abusiva.

Senadores cobram respeito a decisão do Supremo sobre MPs

Três senadores foram à tribuna para cobrar do presidente Lula o fim do uso de medidas provisórias para liberar crédito extraordinário. Arthur Virgílio ameaça liderar “rebelião” se decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) não for

cumprida. Mário Couto criticou o Executivo pela edição de MP para reajustar salário de servidores. Pedro Simon lembra que Garibaldi Alves, presidente do Senado, vem advertindo o Planalto da ingerência no Legislativo ao editar grande número de MPs.



ARTHUR VIRGÍLIO

“Ou o governo retira a MP, ou rompemos qualquer acordo”

No mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a Medida Provisória 405/07, que liberava créditos extraordinários de R\$ 5,4 bilhões, o Executivo editou duas outras, uma delas de reajuste de salários de servidores públicos. A medida revoltou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que ameaçou liderar uma “rebelião” contra “a ridicularia ao STF”.

– Ou o governo retira a MP que vem para debochar da decisão do Supremo, ou rompemos qualquer acordo para votar as MPs [são 13] que estão trancando a pauta.

O senador considerou a atitude do Planalto “uma ‘afrenta’ ao STF e ao Congresso. E instou os senadores e o presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, a “embrulhar em um papel qualquer e devolver a medida provisória ao Planalto”. O procedimento deveria ser adotado, a seu ver, para outras MPs que não atendam às exigências constitucionais para abertura de créditos extraordinários. Ele criticou o que chamou de “esperteza” do governo ao destinar os recursos previstos na MP para reajuste de servidores, colocando-os contra quem votar pela rejeição da medida.

– Não voto MP de crédito extraordinário haja o que houver – prometeu.

Arthur Virgílio também criticou a declaração do advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, por dizer que, se o presidente Lula entender ser essencial, editará outras MPs.

“Não acredito que Lula queira rasgar a Constituição”

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o presidente da República pelo envio ontem, ao Congresso Nacional, de medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 7,5 bilhões para a reestruturação de cargos e reajuste salarial de servidores públicos.

A MP foi editada no mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional, em caráter liminar, o uso de medida provisória para liberar crédito extraordinário. O senador acusou Lula de abusar do Congresso e dos Poderes constituídos.

– Eu não acredito que o presidente, depois de o Supremo afirmar que era uma medida inconstitucional, queira rasgar a Constituição. Não acredito que o presidente queira acabar com a democracia nesta nação pela qual ele tanto lutou – disse o parlamentar.

Pará

Sobre a declaração do bispo de Marajó, dom José Luiz, que considerou ingovernável o estado do Pará, Mário Couto lamentou a ocorrência de casos de abuso sexual, na ilha paraense, de meninas de 11 anos. Conforme o senador, as crianças são incentivadas pelos próprios pais a buscar sexo com passageiros de barcas em troca de alimentos.

Mário Couto reclamou dos índices de violência e da falta de segurança no Pará, onde, de acordo com manchete de jornal por ele exibida, há mais de 300 pessoas ameaçadas de morte.



MÁRIO COUTO



PEDRO SIMON

“STF vive momento radiante ao fazer o que não fazemos”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) congratulou o Supremo Tribunal Federal pela decisão de suspender a MP 405/07. O objetivo do STF, disse, é coibir a edição de medidas provisórias que não atendam aos critérios constitucionais de urgência e relevância.

Simon ressaltou que o presidente do Senado, Garibaldi Alves, já vinha advertindo sobre o exagerado número de medidas provisórias editadas pelo governo Lula, o que ele qualificara como “ingerência do Executivo sobre o Legislativo”.

– Garibaldi está com a responsabilidade de tirar o Senado de uma hora triste, conforme suas palavras – lembrou Simon, acrescentando que o Supremo “é quem vive um momento radiante ao fazer o que não fazemos”.

Pedro Simon criticou ainda a discordância manifestada pelo advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, aos argumentos apresentados pelo STF.

– Esse rapaz inclusive já teve seu nome aventado para ocupar vaga no Supremo. Deveria ficar em silêncio. Essas MPs não têm defesa – rebateu o senador.

O parlamentar sustentou que deveriam prevalecer critérios de urgência e relevância também no caso de MP editada para a criação de tributos

– Se os líderes não quiserem, não se votam matérias sem critérios de urgência e relevância – concluiu.



Jorge Hage (E), Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Bemerguy e Eliana Graça, na audiência pública

O que é mais eficaz: fraude e a corrupção

Questão domina segunda audiência de ciclo temático sobre o Controle e da Transparência, Jorge Hage, afirma que “a trans

Contra as fraudes e a corrupção, são mais eficazes mecanismos de controle dos processos administrativos e contábeis que envolvem os gastos públicos ou medidas de transparência, como são conhecidos os instrumentos para garantir maior divulgação dos atos e das despesas comandadas por gestores e servidores? Essa questão dominou ontem os debates na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), na segunda audiência de ciclo temático sobre o controle público como instrumento de cidadania.

– Esses são termos que não se excluem mutuamente. Se não contarmos com o apoio do controle e da transparência, perdemos uma perna – opinou a

senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), vice-presidente da CMA, que atuou na coordenação dos trabalhos.

Na questão, levantada pela platéia, o autor perguntava se os desvios no uso dos cartões de pagamento do governo – os chamados cartões corporativos – não teriam evidenciado que o problema maior no governo é de controle, não de transparência. O ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage, discordou: as denúncias nem sequer teriam surgido, como disse, caso as despesas feitas com cartões não estivessem no Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União (CGU).

Para o ministro, não se pode, primeiro, fazer a opção pelo controle, para

Jorge Hage pede votação rápida de projeto contra enriquecimento ilícito

O ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, pediu mais rapidez na tramitação de dois projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados: o PL 5.363/05, que criminaliza o enriquecimento ilícito de funcionários públicos, e o PL 7.528/06, que amplia a regulamentação sobre o chamado conflito de interesses entre o governo e a iniciativa privada, com o objetivo de evitar que o servidor público atue visando a fins privados. Hage fez esse apelo durante a audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Ao defender a proposta sobre enriquecimento ilícito

de agentes públicos, o ministro afirmou que a medida permitirá à Justiça enquadrar tais casos como crimes sem que seja necessária a prova do ato de corrupção, “ou seja, sem que seja necessária a prova do roubo do dinheiro, da fraude”.

Essa tipificação é fundamental, argumentou Hage, porque “nesse tipo de delito, chamado de crime do colarinho branco, os autores são altamente qualificados e não deixam pistas ou impressões digitais”.

Também participaram da audiência pública Marcelo Bemerguy, do TCU; Gil Pinto Loja Neto, do FNDE; e Eliana Magalhães Graça, do Inesc.



Assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Senado de São Paulo - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

z para combater a ção nos governos?

controle público como instrumento de cidadania; ministro do
parência é o maior e principal instrumento para o controle"

depois oferecer transparência. Ao contrário, ele sustentou que "a transparência é o maior e principal instrumento para o controle". Lembrou, ainda, que é impossível colocar um auditor para acompanhar cada despesa. Como os órgãos de controle não podem ter a "pretensão da onipresença", conforme avaliou, a efetividade do controle também depende da participação ativa da sociedade.

Gastos sigilosos

Autor da proposta de realização do ciclo de debates, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) solicitou a opinião de Hage sobre a necessidade de regras, fixadas pela CGU, para definir quais gastos públicos devem ser classificados como sigilosos – e, portanto, preserva-

"Certos sigilos se transformaram em biombo para a corrupção"

Para o ministro Jorge Hage, "ainda há no país um dogma em torno do sigilo, sendo que certos sigilos se transformaram em biombo para a corrupção, em vez de serem a proteção para o homem de bem quanto à sua privacidade". Ele fez essa declaração após afirmar que a Controladoria Geral da União enfrenta dificuldades para ter acesso aos dados obtidos por outros órgãos governamentais por meio da quebra de sigilos fiscais e bancários.

Segundo disse o ministro na audiência da CMA, a CGU tem recorrido ao Judiciário com frequência para solicitar a autorização que lhe permita

dos de divulgação durante determinado período. Para o ministro, essas regras precisam ser de fato definidas, mas a iniciativa não cabe ao órgão. De acordo com ele, o conceito deve estar previsto em lei ou decreto, como resultado de ação articulada entre Executivo e Legislativo.

Augusto Botelho (PT-RR) chamou a atenção para a necessidade de medidas de caráter preventivo contra a corrupção. Segundo ele, que também atuou na coordenação dos trabalhos, nem sempre as falhas detectadas no plano das administrações decorrem de ações intencionais. Muitas vezes, observou, resultam de deficiências na formação dos gestores, inclusive os prefeitos, muitos com baixa escolaridade.

compartilhar os sigilos obtidos, por exemplo, pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas da União. Também afirmou que "não há nenhum sentido no fato de que cada órgão de controle precise pedir, a cada vez, autorização judicial para ter acesso aos dados".

Jorge Hage argumentou que não se deve impor sigilo bancário ou fiscal a órgãos de controle e que, uma vez aberto a um dos órgãos, o compartilhamento deveria ser automático. O ministro ainda defendeu a necessidade de ampliar o uso de sistemas eletrônicos de informação como instrumentos de controle.

Aparecido demonstra temor ao apelar ao STF, dizem senadores

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e a presidente da CPI dos Cartões Corporativos, Marisa Serrano (PSDB-MS), lamentaram o fato de o ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, José Aparecido Nunes Pires, haver recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para permanecer calado em seu depoimento à comissão, marcado para a próxima terça-feira, às 9h30. O pedido foi negado.

A convocação de José Aparecido pela CPI, assim como do consultor legislativo André Eduardo da Silva Fernandes, assessor do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), foi aprovada na terça-feira. Segundo investigações da Polícia Federal, André teria recebido de Aparecido, por e-mail, informações sigilosas sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O depoimento do assessor também está marcado para a terça-feira.

Garibaldi Alves considera lastimável que o ex-secretário tenha pleiteado ao STF o direito de permanecer em silêncio na CPI.

– É lamentável, diante da responsabilidade que esse funcionário tem nesse acontecimento. O uso dessa prerrogativa infeliz não ajuda em nada e fica mal para ele. Isso não vai esclarecer o episódio

Ayres Britto nega pedido do ex-assessor da Casa Civil

O ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, negou ontem *habeas corpus* a José Aparecido Pires, que pedira salvo-conduto para não correr o risco de ser preso durante seu depoimento à CPI dos Cartões Corporativos.

O documento também pedia que o ex-assessor da Casa Civil pudesse permanecer em silêncio durante o depoimento, que não precisasse assinar termo de compromisso de dizer a verdade e que fosse autorizado a depor acompanhado de advogado.

De acordo com o STF, o ministro Ayres Britto reconheceu os direitos constitucionais de José Aparecido de permanecer em silêncio e não produzir provas contra si mesmo. Mas o ministro disse não acreditar que uma co-



"Fica parecendo que ele tem algo a esconder", afirma a presidente da CPI

que eu achei que ele seria o primeiro interessado em esclarecer – observou.

Para o presidente do Senado, Aparecido é um servidor público que conhece suas responsabilidades e, portanto, não deveria recorrer ao Judiciário.

– Ele parece que tem algum temor. Pensei que ele não tinha nada a temer, já que é funcionário. Tudo leva a crer que ele não deve ter envolvimento político – declarou.

Marisa Serrano acredita que a decisão do Supremo é uma confirmação da Justiça de que a comissão de inquérito tem condições de inquirir "com lisura e seriedade". Para a senadora, estranho foi o fato de José Aparecido ter pedido o *habeas corpus*.

– Fica parecendo que ele tem algo a esconder – afirmou.



Para o ministro do STF, não há ameaça de que Aparecido sofra coação injusta na CPI

missão de inquérito fosse tentar privar o depoente de direitos e garantias previstos na Constituição. Assim, negou a liminar por entender que a "possibilidade de coação injusta à liberdade de locomoção" alegada pelos advogados não ocorre nesse caso.

Alvaro Dias: é preciso evitar expectativas no depoimento à CPI

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o sumiço de José Aparecido Pires nos últimos dias é indício de que um acordo de "blindagem recíproca" foi firmado entre ele e pessoas do governo para que todos se protejam no depoimento na CPI dos Cartões Corporativos.

Para o senador, Aparecido recorreu ao Supremo porque tem medo e porque sabe de onde veio a ordem para a elaboração do dossiê. Ele observou que a negativa do *habeas corpus* não significa muito, pois a legislação possibilita que o depoente não diga algo que possa incriminá-lo.

Alvaro Dias alertou ser preciso evitar falsas expectativas em relação ao depoimento. Para ele, as esperanças devem ser depositadas na investigação da Polícia Federal.

O senador comentou ainda que seu assessor André Eduardo Fernandes jamais solicitaria um *habeas corpus* porque está agindo no cumprimento de um dever e deveria ser premiado por ter agido com honestidade.

Alvaro Dias declarou ainda que não acredita que a base governista vá tentar transformar a reunião em sessão secreta.

Para Casagrande, depoente reforçará versão do governo

Renato Casagrande (PSB-ES) disse que confia na versão do governo, que classifica o dossiê como "banco de dados", e que o depoimento de José Aparecido dará mais segurança à versão.

– É fundamental que José Aparecido venha para a CPI com espírito de colaborar para que cheguemos a uma conclusão – afirmou.

Casagrande observou que, mesmo sem *habeas corpus*, o ex-assessor tem o direito constitucional de não produzir provas contra si próprio. Mas, assinalou que a CPI pode, por exemplo, decretar a prisão do depoente, caso haja desrespeito ao Congresso.

– Não creio que ele vá ficar calado. Acho que ele dará informações, porque o nível de pressão, tanto dos parlamentares como da sociedade, é muito forte – comentou.

O senador disse não acreditar em acordo de "blindagem recíproca" entre Aparecido e membros do governo. Para ele, o ex-assessor poderia acabar caindo em contradição e fragilizando a si mesmo. Segundo Casagrande, o governo não orientou sua base sobre o procedimento a adotar no depoimento.

Zambiasi defende o PAC da Segurança

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu ontem a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasoci), do Ministério da Justiça, o chamado PAC da Segurança.

Zambiasi também registrou a realização de protesto de comerciantes estabelecidos às margens de rodovias no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que fecharam o tráfego no intuito de que a medida provisória (MP 415/08) que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais seja revista na Câmara dos Deputados.

Suplicy quer evitar extradição

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o Supremo Tribunal Federal rejeite o pedido de extradição do escritor Cesare Battisti, italiano que participou do movimento revolucionário Proletários Armados pelo Comunismo (PAC) e foi condenado pela Justiça italiana à prisão perpétua.

O senador esteve com Battisti na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, e ouviu seu relato negando os assassinatos de que é acusado. O escritor teria sido julgado à revelia na Itália, sem direito à devida defesa, segundo seu advogado.

Mozarildo lembra os 63 anos do PTB

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) saudou os 63 anos de fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), completados ontem, e disse que a filosofia da agremiação continua moderna. Ele ressaltou que a legenda conta com oito senadores, 21 deputados federais, 61 deputados estaduais, 427 prefeitos, mais de 1 milhão de filiados.

– Este partido teve como criador Getúlio Vargas e sua filosofia continua sempre moderna: a articulação entre o capital, isto é, o empregador, e o trabalhador – destacou Mozarildo Cavalcanti.

Senadora licenciada afirma, em entrevista coletiva, que somente um novo pacto político poderá superar estagnação do projeto de desenvolvimento sustentável

Marina diz que volta ao Senado para defender política ambiental

A senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) afirmou que volta ao Senado para defender o desenvolvimento sustentável e a política ambiental que pôs em prática no Ministério do Meio Ambiente, do qual pediu demissão na última terça-feira. Ela disse que somente um novo pacto político pode superar a estagnação que a política ambiental estava enfrentando por pressões principalmente de alguns governadores de estados afetados pela Operação Arco de Fogo.

Em entrevista coletiva, Marina ressaltou que estava falando como senadora. Declarou que pediu demissão para que seu afastamento possa contribuir para o desenvolvimento sustentável, e que é necessário que as conquistas do governo Lula sejam mantidas. Entre essas conquistas, ela apontou resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que



Marina critica proposta de flexibilização das leis que protegem o meio ambiente

impede concessão de empréstimos e financiamentos dos bancos oficiais a empresas que estejam atuando de forma ilegal.

Marina defendeu a manutenção de resolução do CMN, de fevereiro deste ano, a qual estabelece que empréstimos na modalidade de crédito rural na Amazônia,

Marcelo Casati Jr./ABR

seja de bancos públicos ou privados, só serão aprovados com a apresentação de certificado de cadastramento de imóvel rural e comprovação de respeito à legislação ambiental. As medidas passam a valer a partir de 1º de julho, quando se inicia o plantio da safra 2008/2009.

Para a senadora licenciada, em vez de reivindicar a flexibilização da legislação ambiental, deve-se procurar criar gado de forma intensiva e aumentar a produtividade da agricultura por meio de avanços tecnológicos e não pelo desmatamento. Ela admitiu divergências com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi.

Marina Silva manifestou o desejo de que o novo ministro, Carlos Minc, possa participar de um novo pacto político capaz de afastar os riscos de estagnação da política ambiental que a fizeram deixar o ministério.

Casagrande pede descentralização de licenciamento ambiental

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a descentralização da atividade de licenciamento ambiental no Brasil, lembrando que proposta nesse sentido já foi encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional e tramita na Câmara dos Deputados.

– Precisamos dar mais poder a estados e municípios, ficando o governo federal encarregado dos grandes licenciamentos e da normatização geral – ressaltou.

O senador afirmou que o país tem hoje “um aperto muito grande” na política ambiental, contrapartida à “exploração irracional dos recursos ambientais” empreendida nas décadas de 50 e 60.

Para o parlamentar, há “uma extrema burocracia legal na questão ambiental”.

Casagrande – que lembrou sua condição de relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e membro da Comissão de Meio Ambiente do Senado – manifestou sua apreensão com a saída da senadora licenciada Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente. Segundo ele, a ministra tinha grande credibilidade dentro e fora do país e grande influência nos fóruns ambientais internacionais. Ele desejou sucesso a Carlos Minc, que a sucede.

Fundo soberano

Renato Casagrande sugeriu ao

J. Freitas



Casagrande manifesta apreensão com saída de Marina do ministério

governo que tome como base para a criação do chamado fundo soberano projeto de sua autoria apresentado ao Senado em fevereiro deste ano. Para ele, é uma chance de o governo prestigiar a proposta de um parlamentar, uma vez que vem sendo acusado de plagiar e não respeitar as iniciativas dos congressistas.

Adiada votação sobre homofobia

A apresentação de dois votos em separado e a pressão exercida por padres, bispos e lideranças evangélicas presentes à reunião forçaram a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a adiar a votação do parecer da senadora Fátima Cleide (PT-RO) favorável a proposta que tipifica o crime de discriminação e preconceito contra homossexuais. O projeto já foi examinado pela Câmara. Fátima Cleide aceitou adiar a votação, mas defendeu a aprovação da matéria na íntegra, ou seja, como foi acolhida pelos deputados.

CPI da Pedofilia vai ouvir sites

Foram aprovados ontem requerimentos determinando que a CPI da Pedofilia ouça representantes dos sites de relacionamento Facebook, My Space e Bebo. Segundo o presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), o objetivo é obter dos dirigentes desses sites o compromisso de que combaterão a pedofilia. Foram aprovados ainda visita, na próxima terça-feira, de representantes da comissão às cidades mineiras de Uberaba e Uberlândia e pedido de complementação de informações à empresa Google sobre dados de 20 perfis do site Orkut.

Lúcia Vânia aplaude Medicina da UFG

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a classificação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás (UFG) entre as seis melhores do país. O curso de Medicina da UFG obteve nota 5, pontuação máxima no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), ambos do Ministério da Educação. Os resultados foram divulgados em 29 de abril. Lúcia Vânia apresentou uma síntese da história da faculdade, desde sua criação em 1953.

Mão Santa lamenta crise em hospital

A suspensão de serviços por carência de recursos no Hospital Clementino Fraga Filho, do Fundão, no Rio de Janeiro, foi criticada por Mão Santa (PMDB-PI). O senador leu reportagem do *Jornal do Brasil* informando que procedimentos como transplante de órgãos, cirurgias, transferência de pacientes de outras unidades e marcação de consultas não estão mais sendo executados.

Mão Santa apelou aos deputados para que se empenhem na aprovação do projeto (PLC 121/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que destina recursos à saúde.

Geovani: Infraero negocia com Amapá

Geovani Borges (PMDB-AP) comunicou que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) se dispôs a buscar evitar os problemas que podem ser criados pelo projeto de uma segunda pista do aeroporto de Macapá, a qual exigiria a retirada de 1.500 moradores do bairro Alvorada II. O senador participou ontem, com outros parlamentares do Amapá, de reunião com o presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi, em Brasília. Conforme Geovani, Gaudenzi pediu uma reunião técnica com a prefeitura de Macapá e o governo do estado.

Senadores prometem agilizar acordos entre Brasil e Nigéria

Os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Marconi Perillo (PSDB-GO), João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA) vão se empenhar para que acordos de cooperação entre Brasil e Nigéria que tramitam no Congresso sejam aprovados até agosto, quando o presidente daquele país, Umaru Musa Yar'Adua, deve visitar o Brasil. A promessa foi feita ontem às autoridades que receberam os senadores brasileiros em Abuja, capital nigeriana.

Entre os acordos, três foram assinados em 2005 e tramitam na Câmara dos Deputados: um sobre combate a drogas, outro relativo a serviços aéreos e o terceiro sobre assistência jurídica mútua em matéria penal.

Nos encontros na Nigéria, os senadores também disseram que vão trabalhar pela recriação de uma linha aérea entre os dois países.

Heráclito, que chefia a delega-

ção, prometeu também encaminhar ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, o pleito do ministro da Cultura nigeriano, Adetokumbo Kayode, de apoio ao carnaval daquele país, programado para novembro.

São Tomé e Príncipe

A delegação chega hoje a São Tomé e Príncipe. O país, de colonização portuguesa, é um pequeno arquipélago próximo à Guiné Equatorial, com 160 mil habitantes.

Pela manhã, os senadores têm encontro com o presidente da Assembléia Nacional, deputado Francisco da Silva, e com representantes do Grupo Parlamentar São Tomé e Príncipe-Brasil. À tarde, eles serão recebidos pelo primeiro-ministro, Patrice Trovoada.

Amanhã, o grupo de senadores cumpre agenda em Angola. No período da viagem, iniciada em 10 de maio, eles visitaram Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau e Nigéria.



Os senadores reuniram-se com o ministro das Relações Exteriores da Nigéria, Ojo Maduekwe

Comissão de Educação do Mercosul se reúne pela primeira vez no Brasil

A Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul se reunirá pela primeira vez no Brasil, hoje, às 9h30. Estarão presentes parlamentares dos quatro membros permanentes do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e um observador do Parlamento da Venezuela, país em fase de adesão.

Um dos principais temas em debate será a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR). Já tramita na Câmara projeto do Executivo com esse objetivo.

Pela proposta, a universidade se concentrará na formação de recursos humanos para a integração, o desenvolvimento regional e

o intercâmbio cultural, científico e educacional na região.

Os cursos estarão ligados a exploração de recursos naturais, biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e lingüísticos regionais e relações internacionais. O projeto de criação da Unila será exposto aos integrantes do colegiado pelo professor Célio Cunha, membro da comissão de implantação da universidade.

Segundo a presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), também será discutido o acordo sobre gratuidade de vistos para estudantes e docentes no Mercosul. Além disso, técnicos do Ministério da Educação avaliarão a implantação do projeto Escolas de Fronteira, uma experiência de ensino bilíngüe.

Senadores apresentam dados das últimas safras para comprovar que cana-de-açúcar e biocombustíveis não substituem produção de alimentos

Premiê finlandês fala do temor de etanol levar a devastação

Ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, e aos senadores da Comissão de Relações Exteriores, o primeiro-ministro da Finlândia, Matti Vanhanen, disse que considerou valiosas as informações recebidas a respeito dos cuidados brasileiros na produção de biocombustíveis.

– Realmente, há um temor de que o Brasil esteja derrubando florestas para plantar cana-de-açúcar – ressaltou.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) assegurou ao premiê finlandês que a plantação de cana-de-açúcar no Brasil não diminuirá a produção de alimentos, haja vista os números das últimas safras. Matti Vanhanen observou que, para o mundo globalizado, é importante que o Brasil se preocupe em conduzir um desenvolvimento sustentável.

O premiê finlandês cumprimen-



Garibaldi (E) recebeu Matti Vanhanen, que deu ênfase ao desenvolvimento sustentável

tou Garibaldi pela estabilização democrática conquistada pelo Brasil e pelo papel do Congresso.

Acusação contra biocombustível brasileiro é ridícula, diz Kátia Abreu

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), a tentativa de se relacionar o programa brasileiro de produção do biocombustível com a alta do preço dos alimentos chega a ser “irresponsável e ridícula”. Segundo ela, dos 850 milhões de hectares de terras, apenas 0,7% é plantado com cana-de-açúcar.

– O que incomoda é que o Brasil é a única fronteira agrícola com espaço para aumentar sua produção. O aumento dos preços tem um componente ligado aos biocombustíveis, mas muito mais

em função do plantio do milho nos Estados Unidos. São declarações tão absurdas, que tiram a credibilidade das instituições – afirmou a senadora em entrevista à Agência Senado.

O aumento dos preços dos alimentos, na opinião da senadora, se deve a outros cinco fatores:

– [Primeiro] Tivemos um aumento de consumo nos países emergentes. Segundo, houve aumento exorbitante do petróleo. Terceiro, temos a questão do milho nos Estados Unidos. Quarto, com a

O presidente do Senado disse ao visitante que sua vinda ao Parlamento coincide com a celebração dos 20 anos da Constituição de 1988.

– A Constituição é uma conquista dos brasileiros depois de anos de autoritarismo. Muitos deveres e direitos que estavam repesados foram incluídos nesta nova Constituição. Os brasileiros usufruem hoje do sentimento de construir um desenvolvimento com liberdade e democracia. A distribuição de renda, o exercício de direitos fundamentais, tudo isso está sendo assegurado por essa nova Constituição – enfatizou Garibaldi.

Para Matti Vanhanen, o Brasil é um modelo para outros países, daí por que ele vê com tanto otimismo a intensificação dos laços culturais, comerciais e tecnológicos.



Senadora acredita que Brasil incomoda por ser a última fronteira agrícola

crise americana, muitos investidores se voltaram para *commodities*, empurrando preços para cima. [Quinto] Tivemos problemas climáticos, na Austrália, na Europa e na Rússia – avaliou.

Azeredo comemora metrô de BH

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comemorou o anúncio de expansão do metrô de Belo Horizonte, feito pelo governador de Minas, Aécio Neves. A notícia de Aécio viera com o aval do presidente Lula, disse.

De acordo com Azeredo, a obra, fruto de uma parceria público-privada, implantará duas linhas, para ligar os bairros de Calafate a Barreiro e da Savassi à Pampulha. A expectativa, segundo Azeredo, é que o número de pessoas atendidas pelo transporte público passe para 1 milhão. A Linha 1 do metrô, já operante, atende a cerca de 150 mil pessoas no trajeto Eldorado-Venda Nova.

O custo estimado do projeto é de R\$ 4 bilhões. O senador alertou, porém, para a necessidade de ampliar os investimentos no transporte ferroviário.

Senado participa de bienal em MG

A obra *Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa – Tiradentes*, publicada pelo Conselho Editorial do Senado em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é uma das atrações da 1ª Bienal do Livro de Minas Gerais, aberta ontem no Expominas, em Belo Horizonte.

O livro faz parte de uma série que reunirá os inventários realizados pelo Iphan nas cidades tombadas, com fotos, gravuras, desenhos, dados gráficos e textuais de imóveis.

O leitor mineiro terá acesso ao volume nº 100 da coleção Edições do Senado Federal, que reúne duas obras em apenas uma publicação: *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, ambas de Pero de Magalhães Gandavo.

Leopoldo Silva



Flávio Arns considera “absurdo” o projeto enviado pelo Executivo

Arns critica projeto de certificação de entidades sociais

O senador Flávio Arns (PT-SC) disse que o projeto de lei enviado pelo Executivo que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social (PL 3.021/08) é “absurdo”. Segundo o parlamentar, a proposição “esquarteja o ser humano”, ao exigir das entidades do terceiro setor que façam registros no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) por ramo de atuação: saúde, educação ou assistência social.

Na opinião de Flávio Arns, há entidades que deverão ter três registros por atuarem nas três áreas, e isso, em sua opinião, além de ser “um absurdo e um descabro”, vai prejudicar o trabalho dessas organizações. Ele disse que a proposição que tramita na Câmara foi apresentada pelo governo federal sem ouvir a sociedade.

– Pode ser considerado até uma tentativa de estigmatização da comunidade, isso é sério – observou o senador.

Lamentando o fato de ler constantemente notícias de “falcatruas e desmandos em ONGs”, o parlamentar frisou que o poder público tem todos os instrumentos para fiscalizar a atuação das organizações não-governamentais.

Flávio Arns defendeu a punição a toda a “filantropia” e ressaltou o bom trabalho das entidades, que muitas vezes prestam um extraordinário serviço para as instituições brasileiras e chegam a substituir o Estado em algumas situações.

– Vamos punir quem merece ser punido, mas vamos reconhecer e apoiar o bom trabalho que milhões de pessoas fazem neste país – declarou.

Marinheiro liderou em 1910 a chamada Revolta da Chibata, movimento em protesto contra castigos físicos que eram impostos pela Marinha, como medida disciplinar

Paim: Senado deve votar em regime de urgência anistia a João Cândido

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), anunciou ontem que os senadores deverão votar em regime de urgência a proposta de anistia póstuma ao marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento.

– Nossa intenção é fazer com que no dia 24 de junho, data do aniversário de João Cândido, o presidente da República sancione a lei – assinalou o presidente da comissão.

A proposição foi discutida ontem em audiência pública na CDH. Acolhido em 2002 pelo Senado, o projeto (PLS 45/01) da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) foi aprovado com uma emenda pela Câmara dos Deputados e voltou para novo exame dos senadores.

A revolta ocorreu em 1910, em protesto contra os castigos físicos que eram impostos pela Marinha aos marinheiros, como medida disciplinar. A anistia produzirá efeitos em relação às promoções a que teriam direito os anistiados se tivessem permanecido na ativa.

Representando a família do ma-



Paim (4º à direita) espera que sanção ocorra em 24 de junho, aniversário de João Cândido

rinheiro gaúcho, João Cândido de Oliveira Neto, sobrinho-neto do líder do movimento, agradeceu os esforços pelo reconhecimento do papel histórico de seu tio-avô.

Políticas públicas

Durante os debates, Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou ser um dos direitos dos brasileiros o reconhecimento de seus líderes. Flávio Arns (PT-PR) propôs a adoção de políticas públicas que assegurem aos negros educação, saúde, segurança, emprego, habitação “e todos os outros direitos”.

Magno Malta (PR-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mão Santa (PMDB-PI) também destacaram a importância do projeto. Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou, por telefone, seu apoio à luta pelo fim de toda forma de discriminação no Brasil.

O representante do Movimento

Negro Unificado do Rio Grande do Sul, Antônio Inácio Mattos da Silva, ressaltou que os cem anos da revolta, daqui a dois anos, serão lembrados com manifestações em todo o país. O frei David Raimundo Santos, assessor da entidade Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

(EducAfro), solicitou a implementação de políticas afirmativas e medidas reparadoras em favor dos negros.

O advogado Kleber Bispo dos Santos citou representação protocolada no Ministério Público Federal pleiteando indenização aos descendentes de negros escravizados no país. José Antônio dos Santos da Silva, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, defendeu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Por sua vez, o deputado Antônio Roberto (PV-MG) disse que a luta pela igualdade racial tem permitido ampliar o debate contra toda discriminação. Por sua vez, Sionei Ricardo Leão, membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, apontou a reduzida presença de afrodescendentes entre os altos escalões das Forças Armadas.

Senador elogia decisão em favor da política de cotas e do ProUni

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou ontem a decisão dos dez ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que se pronunciaram favoravelmente à política de cotas e ao Programa Universidade para Todos, o ProUni, em resposta a consulta feita pelo frei Davi, presidente da Rede de Cursinhos Populares EducAfro.

O parlamentar comemorou ainda a iniciativa da Câmara dos Deputados de colocar em votação na próxima semana o projeto de lei (PL 73/99) de autoria da deputada Nice Lobão (DEM-MA) que reserva 50% das vagas nas universidades públicas para negros e índios.

– É uma homenagem aos 120 anos da abolição não concluída – assinalou o representante gaúcho.

Caetano e Gil serão convidados para discutir o sistema de cotas

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, e o cantor e compositor Caetano Veloso serão convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para participar, como debatedores, de audiência pública que discutirá o Estatuto da Igualdade Racial e o sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras. Requerimento com a proposta, de autoria dos senadores petistas Eduardo Suplicy (SP) e Paulo Paim (RS), foi aprovado ontem pela CDH.

Conforme Suplicy, a proposta do debate foi motivada pela adesão de Caetano Veloso ao manifesto contra as cotas. No documento, os signatários se posicionam contra o projeto (PL 73/99) que estabelece o sistema de cotas para acesso às universida-

des, em tramitação na Câmara dos Deputados, e o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado no Senado (PLS 213/03) e que aguarda deliberação dos deputados (PL 3.198/00).

De acordo com o requerimento, também serão convidados para a audiência pública o jornalista Ali Kamel, diretor-executivo de Jornalismo da Rede Globo, e o assessor da organização não-governamental EducAfro frei David Raimundo Santos.

Durante a discussão da proposta, Paim ressaltou a importância de se ouvirem as diferentes posições sobre o assunto e manifestou sua expectativa de que, após o debate, “Caetano Veloso retire sua assinatura do manifesto contra as cotas e assine o manifesto apoiando as cotas”.



Roseana diz que um dos temas do encontro foi a Lei Maria da Penha

Roseana registra fórum nordestino do PMDB Mulher

A senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) registrou ontem a realização em Fortaleza, no final de março, do 2º Fórum Regional Nordeste do PMDB Mulher. O evento, afirmou, foi preparatório para o encontro nacional, que ocorrerá no final deste mês em Brasília.

Segundo Roseana, o tema do fórum foi “A mulher no poder: desafios e perspectivas”. Um dos principais debates, disse, ocorreu em torno da Lei Maria da Penha, que completará dois anos de promulgação em setembro.



Magno Malta: droga estava em local de fácil acesso num abrigo

Magno alerta para caso de overdose em criança

Magno Malta (PR-ES) chamou a atenção para um grave acidente ocorrido em Divinópolis (MG), na madrugada de quarta-feira, em que uma criança morreu e cinco adolescentes foram internados depois de ingerirem comprimidos contra convulsão, em um abrigo.

Segundo o *site* Diga Não à Erotização Infantil, as vítimas afirmaram à polícia que o medicamento estava em um armário da cozinha. Representantes do abrigo não souberam explicar por que os medicamentos haviam sido guardados em local de fácil acesso.

Júlio Araújo

Márcia Kollme